



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
**Campus Ouro Branco**  
**Direção Geral**

**Conselho Acadêmico Campus Ouro Branco**  
Rua Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Pioneiros - CEP 36420-000 - Ouro Branco - MG  
(31) 3938-1200 - www.ifmg.edu.br

**Ata da 2ª Reunião do Conselho  
Acadêmico, realizada em 03 de abril de  
2019**

Ata da reunião do Conselho Acadêmico (CA) do IFMG – Campus Ouro Branco realizada às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Prédio Didático, sito à Rua Afonso Sardinha, número noventa, Bairro Pioneiros. A reunião foi conduzida pelo presidente do Conselho, professor Lawrence de Andrade Magalhães Gomes e contou com as presenças do representante da Área de Ensino Gabriel Dias de Carvalho Júnior, do representante da Área de Administração e Planejamento Paulo Henrique de Carvalho, do representante da Área de Pesquisa Leandro Elias Moraes, da representante da Área de Extensão Fernanda Gomes da Silveira, do representante Titular do Corpo Docente Jânio Rosa da Silva, do representante Titular do Corpo Técnico Administrativo Victor Hugo Domingues D'Ávila, do representante Titular do Corpo Técnico Administrativo Joelmer Souza Andrade e do representante Titular do Corpo Discente João Pedro Vieira de Resende. Dando início à reunião, o presidente do Conselho cumprimentou e agradeceu a presença de todos, procedendo-se à **ORDEM DO DIA**, com a pauta única **Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus Ouro Branco 2019-2023**: O presidente do Conselho iniciou a discussão enfatizando o encerramento do prazo para envio do Plano de Desenvolvimento Institucional para a Reitoria, que ocorreria na sexta-feira seguinte; comentou sobre a reunião que ocorreu antes do CA, com as representações de áreas e coordenações de setores, na qual o PDI foi oficialmente apresentado; o professor Lawrence antecipou que seriam necessários alguns ajustes no planejamento e repassou, inicialmente, as propostas de novos cursos a serem ofertados pelo *campus*, adiantando que na sequência apresentaria as projeções de ampliação do número de professores e técnicos administrativos, bem como de infraestrutura para atender as novas demandas. Conforme exposto pelo presidente do Conselho, a área de Metalurgia propôs um curso Técnico na modalidade Subsequente, com duração de dois anos, início das aulas no primeiro semestre de dois mil e vinte e com entrada anual de quarenta estudantes, podendo chegar a oitenta alunos por ciclo de integralização; em seguida, listou as propostas de Pós-graduação Latu Sensu em Bioética – das áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza –, com início previsto para dois mil e vinte e dois; em Siderurgia – da área de Metalurgia – com previsão de início em dois mil e vinte; em Internet das Coisas – da área de Computação – ofertada a partir de dois mil e vinte e dois; e em Gestão de Negócios – da área de Administração – com início previsto já para o segundo semestre desse ano. Sobre essa última, o presidente do Conselho apontou uma divergência entre o número de vagas sugerido pela Direção de Ensino (cinquenta) e o interesse da área que, mesmo considerando o número alto, não apresentou sugestão; como contraproposta a Gestão sugeriu

que fosse feita entrada anual de vinte estudantes para chegar a quarenta no período de integralização do curso, que seria de dois anos. Ainda sobre as propostas de novos cursos, o presidente do Conselho anunciou uma Pós-graduação em Educação, dividida em três módulos independentes, de cento e vinte horas cada. O conselheiro Gabriel explicou que a conclusão de cada uma das etapas daria direito a uma certificação mínima específica e que o certificado *Latu Sensu* seria disponibilizado àqueles que efetuassem os três módulos e o TCC; ele defendeu que a proposta diferenciada de estruturação e modo de oferta do curso foi pensada para diminuir a evasão, fator comum aos cursos de Pós-graduação da área de Educação. Dando prosseguimento, o presidente do Conselho salientou que no PDI estavam elencados somente os cursos presenciais, devido ao andamento da aquisição de uma plataforma EAD via Moodle pelo IFMG, que seria lançada em breve juntamente com novos estúdios de gravação de aulas; ele destacou que a instituição vislumbra e tem se preparado para ofertar cursos de Ensino a Distância. Acerca da ampliação de cursos, o professor Lawrence citou a consolidação da entrada dupla de estudantes no Técnico Integrado em Administração a cada três anos, comunicando que o mesmo ocorreria no Técnico Integrado em Informática a partir de dois mil e vinte e um, além da nova nomenclatura Informática para Internet, o que alteraria a matriz, reduzindo a carga horária de mil e duzentas para mil horas. O conselheiro Jânio registrou que não houve um consenso na área de Computação sobre essas previsões no PDI; que estavam abertos para conversas, mas não se tratava de uma demanda da área e sim uma necessidade geral do *campus*. O presidente do Conselho justificou que era preciso promover uma equalização entre os cursos Técnicos através da abertura de mais uma turma de Integrado de Informática, considerando a movimentação já realizada pela área de Administração e a proposta da área de Metalurgia de abrir um Subsequente. A respeito da carga horária da Computação, o professor Lawrence lembrou que a área sugeriu a transferência do curso de Sistemas de Informação - que atualmente é integral - para o período noturno, preservando-se a duração de quatro anos do curso, o que provavelmente acarretará em um enxugamento na matriz e uma conseqüente redução na carga horária da área; houve também a sugestão de abertura de um Subsequente pela Computação para dois mil e vinte e dois, refutada, no momento, pelo presidente do Conselho por considerar que a demanda social existente seria para mais uma turma de Técnico Integrado, comprovada pelo alto número de candidatos no último processo seletivo; ainda sobre o assunto, o professor Lawrence esclareceu não se tratar da dispensa do Subsequente em Computação - cuja proposta poderia ser reavaliada no período de revisão do PDI -, mas que a ampliação do Técnico Integrado com as alterações previstas no curso, além de atender o anseio da comunidade, balancearia a condição dos docentes da área em relação às demais. O conselheiro Paulo Henrique apontou que algumas áreas poderiam receber novos professores e que, por isso, seria interessante que a Computação sinalizasse um curso a mais, visto que a projeção de carga horária apresentada no PDI era pertinente ao cenário atual e sofreria redução com o ingresso de novos docentes; o representante da Área de Administração e Planejamento pontuou, ainda, que, atualmente, o corpo docente do *campus* estava com uma carga horária dentro do padrão, não sobrecarregando ninguém, porém, com a chegada de novos professores esse quadro sofreria um desequilíbrio, que poderia ser equalizado com a adição de mais um curso. Finalizando a apresentação dos novos cursos e alterações nos Técnicos Integrados, o presidente do Conselho divulgou uma planilha com o impacto dessas propostas, caso efetivadas, no quantitativo de aulas dos docentes de cada área, cujo equilíbrio estaria sendo assegurado; nessa planilha constava também o detalhamento do número de docentes de cada área, incluindo as

especificidades de alguns casos - como da professora Maria Virgínia Maciel Jordana - que leciona a disciplina optativa de Espanhol e contribui para Língua Portuguesa e Literatura; da professora Célia Aparecida Rocha - que pertence à área de Linguagens, mas que tem sido liberada nos últimos semestres pela área para atuar nas disciplinas de Educação; e do professor Gabriel Dias de Carvalho, que leciona Física em turmas da Graduação, além de colaborar com a área de Educação. Posteriormente, o professor Lawrence falou sobre as propostas de alterações na infraestrutura do *campus* e na equipe de Técnicos Administrativos e docentes para atender as novas demandas, revelando que, especialmente em virtude do curso Subsequente de Metalurgia - que traria um impacto maior nesses quesitos - vislumbrava-se a necessidade de dois TAEs de nível E; ele citou o modelo padrão do IFMG, composto por quarenta e cinco Técnicos Administrativos da Educação - sendo quinze de nível E, vinte e dois de nível D e oito de nível C -, evidenciando que o atendimento na parte pedagógica era uma lacuna no *campus*. O conselheiro Victor Hugo transmitiu alguns questionamentos dos TAEs, como a interferência das entradas duplicadas de turmas dos cursos Técnicos Integrados na rotina de trabalho, particularmente, das assistentes de alunos - tendo em vista o aumento do número de alunos menores de idade -, alegando que os impactos já estavam sendo sentidos com a ampliação do Integrado em Administração; ele sublinhou que a possível entrada duplicada na área de Computação elevaria o número de turmas para onze e isso preocupava o grupo por já estar havendo um acúmulo de função na Assistência de Alunos, principalmente com as demandas do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O presidente do Conselho argumentou que a vinda de TAEs de nível D e E com destinação pedagógica poderá amenizar os desajustes, que existe um modelo legal que respaldava a proporção de estudantes em relação à quantidade de servidores técnicos e que as projeções estavam dentro da legalidade; ele citou a jornada flexibilizada, uma conquista que, talvez, pudesse estar gerando limitações no atendimento ao PNAE, mas garantiu que a Gestão sempre buscou e buscaria apoio. Sugeriu a criação de uma Comissão formada por estudantes, entre outras ideias dentro das possibilidades; o professor Lawrence aventou que o número de alunos praticamente dobrou nos últimos quatro anos, mas que, em contrapartida, o orçamento do *campus* subiu apenas cerca de cem mil reais, em virtude da expansão; afirmou que o que estivesse ao alcance da Diretoria para conseguir novas vagas e evitar sobrecarga e desequilíbrio entre as áreas e setores seria feito, como sempre ocorreu, lembrando que, ao longo da Gestão, houve uma evolução de setenta por cento no quantitativo de vagas para TAEs e que, nos últimos quatro anos, vinte e seis professores chegaram para complementar o corpo docente. O conselheiro Victor Hugo também assinalou a demanda dos TAEs por uma Pós-graduação em LIBRAS. Em resposta, o presidente do Conselho revelou que a Coordenação da Área Básica cogitou a promoção de tal curso, porém, a indicação foi impossibilitada pelo fato da professora Ivonne Makhoul estar pleiteando vaga no Edital de Afastamento para dar sequência ao Mestrado; completando, o conselheiro Gabriel levantou outra situação que impedia a previsão da especialização naquele momento: a docente ainda não teria a titulação exigida para lecionar em Pós-graduação. O professor Lawrence opinou que numa próxima avaliação do PDI essas questões, talvez, já estivessem resolvidas e esse curso pudesse ser introduzido. A discussão seguiu com a apresentação das mudanças na infraestrutura do *campus*, quando o presidente do Conselho detalhou as necessidades surgidas para o atendimento de cada novo curso e cada ampliação de curso, como a construção de novos laboratórios, a disponibilização de novas salas de aulas e de espaços de convivência; anunciou a previsão da ampliação do Bloco Administrativo para adequar a estrutura às

necessidades do noturno, de modo a liberar espaços no Bloco Didático. Sobre o aproveitamento da unidade dois, o professor Lawrence informou que o espaço comportaria alguns laboratórios mais específicos, a brinquedoteca da Pedagogia – para promover o acesso da comunidade externa –, projetos de pesquisa, ações extensionistas, cursinho popular e quadra esportiva para programas de esporte, lazer e cultura. De acordo com a conselheira Fernanda, dado o curto prazo para a construção do PDI, foi feita a discussão possível; ela ressaltou que seria importante que as áreas fossem novamente consultadas no período de execução das propostas. Com as ressalvas registradas, o PDI foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a relatar, foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros presentes.

Ouro Branco, 06 de maio de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Lawrence de Andrade Magalhaes, Diretor Geral**, em 06/05/2019, às 19:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gomes da Silveira, Professora**, em 08/05/2019, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joelmer de Souza Andrade, Técnico em Agropecuária**, em 10/05/2019, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Carvalho, Contador**, em 13/05/2019, às 09:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Hugo Davila, Analista de Tecnologia da Informação**, em 13/05/2019, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Pedro Vieira de Resende, Usuário Externo**, em 17/05/2019, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Janio Rosa da Silva, Professor**, em 20/05/2019, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Dias de Carvalho Junior, Professor**, em 20/05/2019, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Elias Moraes, Professor**, em 10/12/2019, às 19:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **0311879** e o código CRC **45024EAD**.

